

EDUCAÇÃO INTEGRAL E ARQUITETURAS CURRICULARES: DESAFIOS E CONTRADIÇÕES NO DIREITO À EDUCAÇÃO NO ENSINO MÉDIO

RODERMEL, Jeanine ¹;
TREVISOL, Maria Teresa Ceron ²;

Modalidade: Comunicação e Pesquisa

Eixo temático: 01

O presente trabalho analisa o direito à educação para jovens do Ensino Médio, tendo como foco as arquiteturas curriculares implementadas em Santa Catarina ao longo da última década. A partir de uma perspectiva histórico-cultural, o estudo questiona se as políticas educacionais adotadas, de fato, promovem uma educação que respeita o direito à aprendizagem, a formação integral e à permanência escolar, em especial no que se refere às demandas das juventudes em um contexto marcado por profundas desigualdades educacionais e sociais. São analisados quatro programas principais: Ensino Médio Inovador (EMI), Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP), Ensino Médio Integral e em Tempo Integral (EMITI) e o Novo Ensino Médio (NEM), situando-os historicamente em um processo de reformulação contínua que busca, mas ainda não alcança plenamente, a democratização do ensino. O objetivo da análise é refletir sobre como essas arquiteturas curriculares dialogam com as necessidades dos jovens e com a realidade socioeconômica em que estão inseridos, questionando se essas políticas cumprem o papel de garantir o direito à educação, ao desenvolvimento integral do ser humano, ao conhecimento científico e à inclusão social. O referencial teórico ancorado na teoria histórico-cultural enfatiza a formação integral dos estudantes, que vai além da mera aquisição de conhecimentos, mas que busca um processo educativo que envolvam, as dimensões afetiva, cognitiva e cultural dos jovens. A educação compreendida, como um processo social e histórico não se limita ao espaço escolar, mas precisa considerar o contexto de vida dos estudantes e suas experiências de vida. Metodologicamente, o trabalho realiza uma análise documental dos programas educacionais, contrastando suas propostas oficiais com a realidade vivida nas escolas, marcada por vezes pelas precariedades estruturais e falta de recursos. O estudo adota uma abordagem crítica ao analisar se as reformas curriculares realmente promovem o desenvolvimento integral do jovem ou se perpetuam as desigualdades existentes, ao priorizar metas e indicadores quantitativos em detrimento de uma educação humanizada e emancipadora. Os resultados sugerem que, embora haja avanços em algumas áreas, como a inclusão de componentes socioemocionais e do Projeto de Vida no Novo Ensino Médio, essas iniciativas ainda se mostram insuficientes para promover uma educação integral que dialogue as vivências juvenis. As arquiteturas curriculares analisadas revelam tensões entre a proposta de flexibilização do currículo e a realidade de um sistema educacional que, em muitos casos, carece de investimentos básicos, o que limita o alcance das mudanças propostas. A introdução da Educação Integral, nesse contexto, é frequentemente superficial, não incorporando-a de forma efetiva que deveria orientar as práticas pedagógicas. O

1 Unoesc – Joaçaba/SC, jeaninerodermel@gmail.com

2 Unoesc – Joaçaba/SC, mariateresa.trevisol@unoesc.edu.br

estudo considera que, sem uma reflexão crítica e contínua sobre o papel da educação na sociedade e seu potencial emancipatório, as reformas curriculares correm o risco de se tornar mais uma ferramenta de exclusão, ao invés de um meio de garantir o direito à educação para todos.

Palavras-chave: Educação Integral; Arquiteturas Curriculares; Ensino Médio; Equidade Educacional; Direito à Educação.

Financiamento: Capes/Fapesec.